A misericórdia em tempos de economia de mercado

Mercy in an era of market economy

Recebido: 20/01/2017. Aprovado: 04/03/2017.

*Romi Márcia Bencke**

Resumo: *Recuperando o Ano da Misericórdia o presente artigo apresenta uma reflexão crítica sobre o papel da religião na sociedade. Chama a atenção para as ambivalências das tradições religiosas e lança a pergunta: por que, em determinados momentos da história humana, as religiões tornam-se a aparente razão de conflitos, perseguições e guerras?*

Palavras-chave: *Misericórdia. Religião. Violência. Política.*

Abstract: *By recovering the Year of Mercy, this article presents a critical reflection on the role of religion in the society. It draws attention to the ambivalence of the religious traditions and raises a crucial question. Why are religions, at certain points in human history, the supposed cause of conflict, persecution and war?*

Keywords: *Mercy. Religion. Violence. Politics.*

* Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora, MG. Bacharel em Teologia pelas Faculdades ES, São Leopoldo, RS. Secretária Geral do Conselho Geral de Igrejas Cristãs do Brasil.

E-mail: romibencke@gmail.com

*“A religião é um fenômeno assombroso que desempenha funções contraditórias na vida das pessoas. Ela pode destruir ou revitalizar, pode alienar ou despertar, pode escravizar ou emancipar, ensinar docilidade ou rebeldia”.*¹

Introdução

O Ano da Misericórdia, celebrado em 2016, foi uma oportunidade para o questionamento das Igrejas a respeito de suas reais práticas das obras de misericórdia. Como vive-las em tempos de economia de mercado? Elas não podem ser vistas como jaulas morais, que separam pessoas ditas “de bem” de outras consideradas como perigosas para as finalidades do mercado. Para responder à pergunta considera-se importante analisar a relação entre religião e violência, para perceber como nos dias atuais, em todo o mundo e, em nosso caso específico, no Brasil, há uma instrumentalização da religião e de seus valores pela classe política e econômica, colocando-a contra a luta por direitos sociais e de minorias e a favor de causas interessantes ao mercado. Vem, então, a pergunta: É possível uma misericórdia neoliberal? Religiões fundamentalistas, que se auto-identificam com o cristianismo, agem como se fossem misericordiosas. Mas, estando a serviço do neoliberalismo, não passam pelo crivo do Evangelho de Jesus Cristo.

1 Misericórdia como emancipação e não como jaula moral

É no evangelho de Mateus 25,35-36 que encontramos a relação das seis obras de misericórdia, a saber: tive fome, e me destes de comer; tive sede, e me destes de beber; era forasteiro, e me hospedastes; estava nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; preso e fostes me ver. Cada uma destas ações está relacionada às necessidades básicas da vida: comer, beber, acolher, vestir, cuidar, aproximar, escutar, perdoar e reconciliar. São ações coerentes com a prática da justiça. Não agir em situações em que as pessoas são despossuídas das suas necessidades básicas significa ser cúmplice da injustiça. No “grande julgamento” Jesus é o juiz e, como tal, aprecia as pessoas que praticam os valores da misericórdia e critica aquelas que menosprezaram esses valores. Há, portanto, um critério bem explícito que identifica o que é justo e o que é injusto.

¹ Ali Sharyati, sociólogo de origem iraniana e reformador islâmico. In: HABERMAS, Jürgen; TAYLOR, Charles; BUTLER, Judith; WEST, Cornel. *El poder de la religión en la esfera pública*. Madrid: Trotta, 2011. p. 111.

O teólogo Fulbert Steffensky chama a atenção para o fato de que as práticas de misericórdia ensinadas por Jesus (Mt 26,1) não estão repletas de moralismo como os assim chamados sete pecados capitais (gula, avareza, luxúria, ira, inveja, preguiça, soberba). As práticas da misericórdia chamam a atenção para as estruturas que dividem a sociedade entre pessoas vencedoras e vencidas, incluídas e excluídas, merecedoras e não merecedoras, ricas e pobres, livres e escravas, puras e impuras. As práticas da misericórdia não enquadram as pessoas em jaulas morais. Ao contrário, elas exigem um processo de conscientização que pergunta: de que lado *nós* estamos, para quem nos levantamos e com quais interesses nos movemos, o que é mais importante para nós, se servir a Deus ou a ídolos?²

A história bíblica, portanto, não tem como função fazer juízo das pessoas, mas despertar a consciência. Isso significa: a capacidade de incomodar-se com as situações em que algumas pessoas se empanuram enquanto outras passam fome. A história bíblica desperta para o inconformismo com o contexto de violência contra mulheres, pessoas negras, em especial jovens, LGBTs, indígenas. Essas violências refletem um poder *kyriarcal*, que, segundo teóloga Elizabeth Schüssler Fiorenza, caracteriza-se por um sistema de dominação que aponta para a interdependência das estratificações de gênero, raça e classe.³

No ano de 2015, o Papa Francisco conclamou o Ano da Misericórdia. No documento *Misericordiae Vultus* caracterizou a misericórdia como “o ato último e supremo pelo qual Deus vem ao nosso encontro”. A misericórdia, destaca o documento, será sempre maior do que qualquer pecado. Portanto, ninguém pode colocar um limite ao amor de Deus que perdoa. O desafio apresentado para o Ano da Misericórdia é o de fazer a experiência de abrir o coração para aquelas pessoas que estão nas mais “variadas periferias existenciais”, criadas pelo mundo contemporâneo, “porque o seu grito foi esmorecendo e se apagou por causa da indiferença dos povos ricos”. O documento desafia para a ruptura das barreiras da indiferença. Também afirma o valor da aproximação entre as diferentes tradições religiosas a fim de que sejam superadas todas as formas de “de fechamento, desprezo, violência e discriminação”.

É interessante olhar para o contexto social, econômico, político e religioso em que o Ano da Misericórdia foi declarado. Entre abril de 2015 a novembro de 2016, quando o Ano da Misericórdia foi encerrado, conflitos profundos ocorreram no mundo. Não foi a misericórdia que orientou a ação humana, mas a violência. Nesse cenário, a religião teve

² STEFFENSKY, Fulbert. Kanon für das Gute Leben. In: *Christ und Welt*, 29/2015.

³ FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Caminhos da Sabedoria: Uma introdução à interpretação feminista*. São Bernardo do Campo: NHANDUTI, 2009.

um papel importante. Se, em muitos momentos, como o da crise dos refugiados, organizações religiosas diversas se mobilizaram e realizaram ações de solidariedade e de denúncia da xenofobia. Em outras situações, pessoas ligadas a religiões se organizaram para fortalecer os aspectos legalistas e violentos das tradições de fé. Há uma tendência de fortalecerem-se os aspectos religiosos orientados mais para um conteúdo moral e normatizador do que para de um conteúdo ético libertador.

A misericórdia é uma qualidade de Deus e, como tal, ela se torna como um espelho que revela nossas limitações. A necessidade de conclamar as pessoas a praticarem a misericórdia revela o tamanho do abismo que existe entre o que falamos sobre a fé em Deus e o que realmente praticamos. Há uma dicotomia grande entre discurso religioso e prática religiosa. O discurso religioso, geralmente, tende a enfatizar o amor, a graça, o perdão, a solidariedade entre as pessoas, cuidado com a criação. Enquanto que a prática religiosa, muitas vezes, se define mais pelo julgamento, controle, condenação, afirmações maniqueístas, que separam as pessoas entre boas e más.

Essa ambiguidade presente na religião provoca a pergunta: porque a religião ou as religiões, que têm como pressuposto enfatizar a importância da lealdade a uma determinada comunidade humana que está inter-relacionada e reflete uma ordem sagrada, torna-se, em determinados momentos da história humana, a aparente razão de conflitos, perseguições e guerras? Ao se falar de misericórdia, não é possível menosprezar a relação entre religião e violência.

O documento do Conselho Mundial de Igrejas “*La religión y la violencia*” enumera os vários conflitos mundiais em que aspectos religiosos estiveram presentes. Destaco o exemplo do conflito, ocorrido entre 1992 e 1995, envolvendo a Bósnia-Herzegovina. O documento “*La religión y la violencia*” chama a atenção de que todas as partes daquele conflito praticaram violência direta e intencionalmente em nome da religião. A violência ocorreu entre pessoas de religiões diferentes, como, por exemplo, Cristianismo e Islã. Mas a violência também foi praticada entre adeptos das diferentes tradições cristãs.⁴

Este exemplo e outros recentes indicam que a citação do sociólogo iraniano Ali Sharyati que abre este texto é bastante atual. A atualidade da citação reside no fato de não esconder as tensões que fazem parte da natureza de toda e qualquer organização religiosa, ou seja, sua capacidade de destruir ou revitalizar, escravizar ou emancipar, ensinar docilidade ou rebeldia, de promover a paz ou promover a guerra.

⁴ CONSEJO MUNDIAL DE IGLESIAS. *La religión y la violencia*. Doc. N. PRO 07. Comitê Central, 22 a 28 de junho de 2016; Trondheim, Noruega. p. 2-17.

A misericórdia, em contexto de violência religiosa, também pode ser manipulada para justificar a violência. Ela pode ser afirmada como uma ação de solidariedade entre iguais e negação do direito do outro à existência. A misericórdia também pode ser instrumentalizada como discurso para diminuir os impactos de um determinado conflito e não analisar as razões reais que levaram ao conflito. Um exemplo disso é a crise dos refugiados. Uma parte das pessoas residentes nos países que receberam refugiados se mobilizou em ações de solidariedade e acolhida aos estrangeiros. Em vários momentos, a misericórdia foi invocada para enfatizar a importância das práticas de compaixão. Entretanto, fez isso sem problematizar as razões do conflito que expulsou as pessoas de sua terra natal. A misericórdia foi esvaziada do seu conteúdo político que questiona criticamente os poderes sociais, econômicos, religiosos que geraram a violência.

Nesse sentido, não é possível ignorar que, no contexto em que impera a absoluta onipotência do mercado e do poder econômico neoliberal, que se autodeclaram livres para definir quem será incluído e quem será excluído do sistema, a misericórdia pode servir como um bom instrumento para ocultar as verdadeiras causas da pobreza. Nesse caso, seria uma misericórdia apolítica e alienada, que pode ser promovida por um discurso religioso perfeitamente adaptado às necessidades do mercado.

Uma religião instrumentalizada torna-se ambivalente, porque ao mesmo tempo em que legitima a violência atua para minimizar as feridas da violência. Esta ambivalência tem sido bastante explorada em tempos recentes, em que se redesenha o traçado geopolítico do mundo.

2 A instrumentalização da religião e seus valores no Brasil

A religião caracteriza fortemente a sociedade brasileira. Ao contrário de outros países, a religião entre nós não está restrita ao âmbito privado. Ao longo do ano, é comum que as ruas e praças sejam tomadas por procissões, oferendas, festas religiosas, shows gospel. Nas últimas décadas, talvez, a diferença esteja no fato de que se percebe de forma mais evidente a pluralidade religiosa que forma o Brasil.

Entretanto, esta característica não nos torna mais misericordiosos do que outros povos. Ao contrário, o contexto brasileiro tem se caracterizado por uma forte relação entre religião e violência. O discurso religioso hegemônico no Brasil tem despertado mais para a intolerância do que para a misericórdia.

Entre nós, pelo fato de o cristianismo ser a religião hegemônica, parte significativa do discurso religioso intolerante e legitimador de violências é

proclamado por pessoas cristãs. Um exemplo são os casos de intolerância religiosa. Segundo o relatório sobre a Intolerância Religiosa no Brasil (2016), foram registrados 697 casos de intolerância religiosa pelo Disque 100 da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Este número corresponde ao período de 2011 a 2015. O estado brasileiro com maior número de casos é o Rio de Janeiro. A maioria das agressões são contra praticantes das tradições religiosas de matriz africana, o que indica que a intolerância religiosa é acompanhada por outras formas de preconceito, como o racismo.

Não menos significativa é a forte presença religiosa nos espaços de política representativa, câmaras de vereadores, assembleias legislativas estaduais, câmara dos deputados e senado federal, além do judiciário. A atuação desses representantes nem sempre é orientada por valores de misericórdia. Na maioria das vezes, sua atuação se destaca, pela defesa de valores morais conservadores, de um lado, e a defesa de interferência mínima do Estado na economia, por outro lado.

Boaventura de Souza Santos atesta que grupos cristãos fundamentalistas tendem a identificar a sociedade moderna como inimiga. Para estes grupos, foi a sociedade moderna quem liberalizou a família e a educação. Também foi a sociedade moderna que possibilitou que pessoas LGBTs e mulheres se organizassem para reivindicar direitos, além de denunciar as diferentes violações sofridas. “Estes grupos sentem-se traídos e, por isso, procuram reenviar para a esfera privada questões que os movimentos de emancipação remetem para o espaço público”.⁵

Boaventura apresenta o exemplo dos Estados Unidos, onde grupos cristãos que se organizam em torno de movimentos como Maioria Moral, Voz Cristã e Mesa Redonda Religiosa, reivindicam simultaneamente, a cristianização das estruturas do Estado, em especial das relacionadas à educação. Ao mesmo tempo, em que defendem a menor intervenção do Estado na vida privada, defendem também a interferência mínima do Estado na economia.⁶

Situação similar ocorre no Brasil. Parte dos parlamentares que se autodeclararam religiosos defendem a Redução da Maioridade Penal, a revogação do Estatuto do Desarmamento, a Escola Sem Partido e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 99/2011), que altera a Carta Magna para permitir às entidades religiosas ações de constitucionalidade ou inconstitucionalidade perante o STF. Ao mesmo tempo, estes parlamentares religiosos se mobilizam em favor de leis que atendem os interesses de mineradoras e do agronegócio ao se posicionarem favora-

⁵ SOUZA SANTOS, Boaventura. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 66.

⁶ SOUZA SANTOS, Boaventura. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013. p. 66-67.

velmente contra projetos de leis que poderiam oficializar a demarcação de terras indígenas. As bancadas vinculadas a grupos religiosos votaram a favor da limitação, ao longo de 20 anos, de investimentos públicos em áreas como educação e saúde. Parlamentares religiosos também não se intimidam e nem levam em conta a misericórdia quando se articulam e mobilizam como contrários aos direitos de trabalhadores e trabalhadoras. É o caso da lei da terceirização e da reforma da previdência.

Essa vinculação entre religião e política representativa poderia ser interpretada como o arauto do que Slavoj Žizek designa como os quatro cavaleiros do apocalipse do sistema capitalista global: a crise ecológica, as consequências da revolução biogenética, o desequilíbrio do sistema, a intensificação da luta por matéria-prima: comida, água, petróleo, minérios, que provoca um aumento das divisões e exclusões sociais.⁷ Esta vinculação está presente no fato de que grupos religiosos se aliam a corporações vinculadas à mineração, agronegócio, defesa de transgênicos, entre outras.

3 Uma “misericórdia” neoliberal é possível?

Sabe-se que um dos papéis das tradições religiosas é o de preservar as tradições. É importante, por exemplo, que o sentido da Quaresma siga sendo resgatado pelas Igrejas. Este tempo de jejum e reflexão sobre as limitações humanas é uma forma de resistir às lógicas consumistas e narcísicas da sociedade contemporânea. No entanto, por vezes, o processo de modernização da sociedade desafia as tradições a se atualizarem. É o que ocorre na relação entre homem e mulher, por exemplo. Por muito tempo, se afirmou que a mulher deveria ser submissa ao marido. Esta leitura reflete a influência do patriarcalismo na tradição cristã. Com o surgimento das teologias feitas por mulheres e a sua crítica às hermenêuticas que caracterizavam as mulheres com seres inferiores, esta perspectiva tem sido deslegitimada. Há, nesse caso, a atualização da tradição. As tradições religiosas experimentam, continuamente, a tensão entre defender a tradição pela tradição e atualizar a tradição.

Anthony Giddens analisou essa tensão entre preservar a tradição religiosa e atualizá-la. Segundo ele

a preservação da tradição não pode se apoiar no significado que teve anteriormente, qual seja, a relativa preservação irreflexiva do passado. Porque a tradição defendida de forma tradicional torna-se fundamentalismo, uma visão por demais dogmática, para que nela se baseie o

⁷ ŽIŽEK, Žizek. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

*conservadorismo que vê na realização da harmonia social ou na de uma nação uma de suas principais razões de ser.*⁸

Fundamentalismo e conservadorismos não estão isolados dos sistemas econômicos e políticos. Quanto mais avança o neoliberalismo, mais aumentam os fundamentalismos, em consequência da destruição dos valores e dos vínculos comunitários. O pressuposto neoliberal são as sociedades atomizadas. Nessas sociedades, as relações humanas não criam vínculos. Todas as empatias são válidas, inclusive a empatia com torturadores. Criam-se vácuos morais, em que a exposição pública da violência e da tortura não causa constrangimentos e vergonha. Lembro-me da circulação pela internet do vídeo do enforcamento de Sadam Hussein. Da mesma forma, no Brasil, é recorrente a prática de divulgar imagens de estupro. Estas barbáries são justificadas. No caso de Sadam Hussein, a justificativa era o fato de ele ter sido um líder político violento. Elimina-se a violência com violência. No caso dos estupros, a justificativa usada é que as mulheres estupradas provocam os homens. O pecado da mulher de assumir mais a sua autonomia precisa ser punido.

O outro e a outra não são mais os próximos a quem se deve amar como a si mesmo, segundo o evangelho de Mt 22,39. Eles se tornam o demônio e, como tal, precisam ser combatidos. A religião torna-se violenta, impositiva de normas de conduta e não dialogal.

O neoliberalismo sabe aproveitar muito bem as ambivalências da religião. Para este sistema é importante mobilizar a face violenta das religiões. Quanto mais ela é reforçada, mais são desmobilizadas as grandes causas públicas, como a igualdade entre todas as pessoas, o amor ao inimigo, a partilha de bens para uma sociedade mais equânime, a diversidade cultural, a negação do trabalho escravo, a justiça ambiental, entre outras.

No Brasil, fortalecer os aspectos ambivalentes da religião na esfera pública é estratégico. Alguns dados da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*)⁹, realizada no período de 2010 a 2014, mostram um retrato interessante do Brasil religioso. Segundo os resultados da pesquisa:

- 98,4% dos brasileiros acreditam em Deus;

⁸ GIDDENS, Anthony. *Admirável Mundo Novo: O novo contexto da política*. Caderno CRH, Salvador, jul./dez., 1994. p. 15.

⁹ A Pesquisa Mundial de Valores é uma rede global de cientistas sociais que estuda as mudanças de valores e seus impactos na vida social e política. A pesquisa começou em 1981. Ela é aplicada aproximadamente a cada quatro anos em mais de cem países, representando 90% da população mundial. Seus resultados contribuem para analisar questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, democratização, religião, equidade de gênero, capital social e bem-estar subjetivo.

- 79,7% se consideram pessoas religiosas, independentemente de participar de eventos religiosos;
- 87,5% consideram Deus muito importante;
- 49,9% das pessoas entrevistadas são membros ativos em sua organização religiosa;
- 38,7% consideram a tradição muito importante;
- 69,6% das pessoas afirmam que a religião tem o papel de dar sentido à vida;
- 40,8% das pessoas afirmam não se interessar por política;
- 58,6% das pessoas afirmam não acreditar de jeito nenhum em partidos políticos.

A pesquisa recente divulgada pela Fundação Perseu Abramo, sobre percepção e valores políticos nas periferias de São Paulo (2017), também apresentou aspectos importantes sobre o papel da religião na organização da vida. Segundo a pesquisa, a religião desempenha pelo menos duas funções importantes. A primeira delas é que organizações religiosas fornecem espaços de sociabilidade, que dá sentido de comunidade, pertencimento e acolhimento. Organizações religiosas se constituem em espaços de apoio e solidariedade. A segunda função é que a identificação com a religião funciona como um atestado de honestidade e idoneidade. Em relação a Deus, ele ajuda a quem se esforça. Se comparada à percepção que se tem da religião e a percepção que se tem da política, há uma tendência a associar a religião com algo positivo, que ajuda. Já a política é caracterizada como suja e corrupta. A maioria das pessoas compreende que o ideal seria um partido único, constituído por gente do bem, pessoas dispostas a trabalhar.

Ambas as pesquisas revelam que há uma tendência a reconhecer organizações religiosas como importantes e confiáveis. Acredita-se mais em organizações religiosas do que em partidos políticos. O capitalismo como religião sabe instrumentalizar a fé. Nesse sentido, a associação entre religião e neoliberalismo é fundamental para que sua ideologia seja aceita pelo conjunto da sociedade.

Não surpreendem, portanto, os dados divulgados recentemente pela Receita Federal que demonstram que desde 2010, a cada hora, abre uma nova organização religiosa no Brasil. De janeiro de 2010 a fevereiro de 2017, foram cadastradas, na Receita Federal 67.951 entidades religiosas.

Organizações religiosas desempenham papéis e funções importantes na sociedade. Suas redes de pastoral e diaconia são relevantes para fortalecer a auto-organização das pessoas. Muito importante também é a sua missão de encarar os obstáculos que impedem a comunhão entre as

pessoas, seu trabalho de cuidado, conforto e acompanhamento de pessoas que estão em situações limites da vida, da mesma forma, também em situações de guerras e outros conflitos as Religiões tem sido muito importantes para desenvolvimento de uma cultura de paz.

No entanto, organizações religiosas também podem reforçar a lógica do Estado mínimo e a consequente desestruturação de serviços públicos. Também podem fortalecer a violência quando a sua tradição não é atualizada ou quando reforça uma compreensão exclusivista da fé. Por isso, ter coragem de olhar criticamente para esses diferentes papéis desempenhados pela religião na sociedade é muito importante. Na tradição cristã era essa a atuação dos profetas. Jesus mesmo, em muitos momentos, criticou a religião que estava acomodada e que reforçava a dimensão da lei para controlar as pessoas (Mt 23,13-22).

Em templos complexos como o de hoje, é relevante perguntar se há espaço para a misericórdia em uma economia neoliberal? Segundo o teólogo Fulbert Steffensky as seis obras de misericórdia de Mt 25 não são aptas para o mercado, justamente porque elas revelam as estruturas geradoras da desigualdade. As obras de misericórdia apontam para o rosto daquelas pessoas que exigem um chamado ético incondicional. É como a face do menino sírio que foi resgatado sob os escombros em 2016. Seu olhar lançava a pergunta pelo porquê da guerra.

A misericórdia, diferente da economia neoliberal, não é seletiva. A misericórdia de Deus exige uma lógica de menos crescimento econômico para que todos sejam um. Em um contexto perpassado pela lógica de mercado, a misericórdia torna-se um discurso abstrato, porque a fidelidade à causa universal e aos valores do Reino é substituída pela fidelidade ao mercado. A misericórdia reforça a graça de Deus, enquanto a economia de mercado neoliberal reforça a lei e o pecado.

No entanto, nada disso impede que a economia de mercado manipule a misericórdia. Sabe-se, por exemplo, que a especulação financeira exclui milhões de pessoas. Para minimizar os impactos das muitas exclusões, criam-se práticas compensatórias que se amparam em um discurso de solidariedade, misericórdia e de sacrifício pelas vítimas do sistema econômico. As práticas da misericórdia, de Mt 25, no entanto, desafiam e exigem a eliminação da desigualdade.

Considerações finais

Quais os desafios colocados pelo atual contexto para as tradições de fé? Um primeiro desafio é não ter medo de refletir sobre a relação entre religião e violência, buscando identificar quais as atualizações

necessárias para a abertura e o apoio adequado para as pessoas que são consideradas “diferentes”. Em outras palavras, quais as atualizações necessárias para podermos amar aquelas pessoas que, muitas vezes, são identificadas como inimigas (Mt 5,43-48)? Um segundo desafio, é observar como as pessoas estão lendo os textos sagrados. Reforçar mais os textos sagrados que afirmam a paz, o diálogo e a comunhão, ao invés, de reforçar a leitura de textos que sejam absolutistas, exclusivistas e que poderiam ser legitimadores de exclusões sociais e de preconceitos.

Tradições de fé têm contribuições relevantes para a sociedade. É importante, porém que se mantenham vigilantes em suas práticas. O que nos afasta de Deus não são as eventuais diferenças entre os seres humanos. O que nos distancia de Deus são as desigualdades econômicas que nos dividem entre ricos, pobres e miseráveis. Nesse sentido, talvez a intolerância não seja o maior problema da humanidade. A intolerância é uma consequência das desigualdades, injustiças e explorações.

As práticas da misericórdia de Mt 25 desafiam e exigem a confrontação das causas geradoras das exclusões.

Referências

BENCKE, Romi Márcia. Sobre as tensões e as ambiguidades relacionadas à presença da religião na esfera pública. In: Dossiê Religião e Esfera Pública. *REFLEXUS*. Ano IX, n. 14, 2015/2. Disponível em: <<http://revista.faculdadeunida.com.br/index.php/reflexus/article/view/314>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

BÍBLIA Sagrada, com Reflexões de Lutero. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

FIORINZA, Elisabeth Schüssler. *Caminhos da Sabedoria: Uma introdução à interpretação feminista*. São Bernardo do Campo: NHANDUTI, 2009.

CONSEJO MUNDIAL DE IGLESIAS. *La religión y la violencia*. Doc. N. PRO 07. Comitê Central, 22 a 28 de junho de 2016; Trondheim, Noruega. p. 2-17.

GIDDENS, Anthony. Admirável Mundo Novo: O novo contexto da política. *Caderno CRH*, Salvador, jul./dez., 1994. p. 15.

HABERMAS, Jürgen. *Mundo de la vida, política y religión*. Madrid: Trotta, 2012.

FRANCISCO. *Misericordiae Vultus. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia*. Disponível em: <<http://w2.vatican>.

va/content/francesco/pt/apost_letters/documents/papa-francesco_bolla_20150411_misericordiae-vultus.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PERCEPÇÕES e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2017. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/Pesquisa-Periferia-FPA.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

SANTOS, Ivanir Babalawô; NASCIMENTO, Maria das Graças; CAVALCANTI, Juliana M.T.; GINO, Marina; ALMEIDA, Vitor (orgs). *Intolerância religiosa no Brasil. Relatório e balanço*. Rio de Janeiro: CEAP; KLINE, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/01/relatorio-final-port-2.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SHARYATI, Ali. In: HABERMAS, Jürgen, TAYLOR, Charles; BUTLER, Judith; WEST, Cornel. *El poder de la religión en la esfera pública*. Madrid: Trotta, 2011.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.

STEFFENSKY, Fulbert. Kanon für das Gute Leben. In: *Christ und Welt*, 29/2015.

ŽIŽEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Sites consultados:

O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/desde-2010-uma-nova-organizacao-religiosa-surge-por-hora-21114799>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

WORLD VALUE SURVEY. Disponível em: <<http://www.worldvalues-survey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em: 07 dez. 2016.